



**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN**

**Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional**

**Procuradoria da Dívida Ativa**

**Equipe Regional de Negociação**

## **TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL**

**Processo SEI nº 10145.001119/2024-94**

A **União - Fazenda Nacional**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nos termos do artigo 131, § 3º, da Constituição Federal, e da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, doravante denominada “Fazenda Nacional”; e

**Teikon Tecnologia Industrial S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o número 01.371.925/0001-01, com endereço na RODOVIA BR-116, 2740, SALA A, CEP 93.212-220, TRÊS PORTOS, SAPUCAIA DO SUL/RS;

**Teikon Memory Modules Scp**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o número 22.905.216/0001-39, com endereço na Avenida Theodomiro Porto da Fonseca, 3397, Sala 112 Unitec 2, Cep 93.022-715, Cristo Rei, São Leopoldo/RS.

todas neste ato representadas por seus representantes legais abaixo assinados e doravante denominada(s) “Requerente(s)”.

Cada uma das partes denominada individualmente “Parte” e, conjuntamente, “Partes” tem justo e acertado o disposto a seguir.

As Partes firmam o presente Termo de Transação Individual (“Transação” ou “Acordo”), com fundamento no artigo 171 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (“Código Tributário Nacional - CTN”), na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e na Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022.

Na qualidade de “Interveniente(s)” participam da Transação as seguintes pessoas físicas ou jurídicas:

**Tokay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o número 41.520.310/0001-14 com endereço Avenida Brig Faria Lima, 3732,

## **CLÁUSULAS GERAIS**

### **1. Do passivo fiscal e do objeto da Transação**

- 1.1. A Transação tem por finalidade a regularização dos débitos inscritos em Dívida Ativa da União e do FGTS (“Dívida Ativa”), a redução de litígios e, mediante concessões mútuas, a compatibilização dos interesses das Partes quanto à redução dos riscos e ônus associados ao inadimplemento tributário e à cobrança forçada, promovendo a satisfação do crédito público dentro dos limites da capacidade de pagamento da(s) Requerente(s).
- 1.2. A Transação objetiva o equacionamento dos seguintes débitos (“Dívida Transacionada”):
  - 1.2.1. Débitos inscritos em Dívida Ativa listados no Anexo I; e
  - 1.2.2. Débitos que, na data da celebração do Acordo, estejam sob administração da Secretaria da Receita Federal do Brasil, mas que não estejam sujeitos a contencioso administrativo fiscal, desde que listados no Anexo II;
- 1.3. Os débitos listados no Anexo III ficam excluídos do Acordo.

### **2. Dos litígios judiciais e administrativos**

- 2.1. A(s) Requerente(s) confessa(m), de forma irrevogável e irretratável, a Dívida Transacionada, bem como a responsabilidade por seu adimplemento, abstendo-se de discuti-la em ação judicial presente ou futura.
  - 2.1.1. A confissão prevista no item anterior produz os efeitos do artigo 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional - CTN, cumulado com o inciso VI, do artigo 202, do Código Civil em relação aos créditos não tributários, implicando a interrupção do prazo prescricional de toda a Dívida Transacionada, renovando-se tais efeitos a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação esteja vinculada a apenas uma das inscrições em Dívida Ativa.
  - 2.1.2. Expressa e irrevogavelmente, a(s) Requerente(s) desiste(m) das ações judiciais individuais ou coletivas, impugnações ou recursos que tenham por objeto a Dívida Transacionada ou o vínculo de responsabilidade tributária, renunciando a quaisquer alegações de direito, presentes ou futuras, sobre as quais se fundam os litígios judiciais, o que deve ser formalizado por meio de pedido de extinção do respectivo processo com resolução do mérito, nos termos da alínea ‘c,’ do inciso III, do *caput*, do artigo 487, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (“Código de Processo Civil - CPC”).

2.1.2.1. Ressalvadas situações expressamente previstas neste Acordo, a desistência e a renúncia de que trata o item anterior não eximem a(s) Requerente(s) do pagamento de honorários advocatícios e custas processuais já fixados em decisão judicial.

2.2. A Transação não implica renúncia de direito por parte da Fazenda Nacional na indicação de outros responsáveis, de bens ou de direitos para responder pela Dívida Transacionada, caso haja rescisão do Acordo e subsequente prosseguimento das ações de cobrança judiciais ou extrajudiciais.

2.2.1. Enquanto vigente a Transação, não corre prazo para configuração de prescrição intercorrente ou para prescrição da pretensão de redirecionar a cobrança em face de corresponsáveis.

### **3. Das obrigações e declarações das Partes**

3.1. A Fazenda Nacional obriga-se a:

3.1.1. Presumir a boa-fé da(s) Requerente(s) em relação às declarações prestadas para fins de formalização da Transação;

3.1.2. Notificar a(s) Requerente(s) sempre que verificada hipótese de rescisão da Transação, com concessão de prazo para regularização do vício; e

3.1.3. Tornar público o Acordo firmado com a(s) Requerente(s), em especial as obrigações, exigências e concessões previstas, ressalvadas as informações protegidas por sigilo e as comunicações anteriores à assinatura do Acordo.

3.2. A(s) Requerente(s) está(ão) ciente(s) e de acordo com as condições e obrigações previstas em lei e atos regulamentares relativos à transação, assumindo, em especial, os seguintes deveres:

3.2.1. Não utilizar a Transação de forma abusiva ou com finalidade de limitar, falsear ou prejudicar, de qualquer forma, a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;

3.2.2. Fornecer, sempre que solicitadas, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer as respectivas situações econômicas, bem como eventuais circunstâncias que possam implicar a rescisão do Acordo;

3.2.3. Autorizar o acesso da Fazenda Nacional a suas declarações e escritas fiscais;

3.2.4. Não alienar bens ou direitos que possam inviabilizar ou reduzir significativamente a capacidade de pagamento dos compromissos ora assumidos, sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional e demonstrar a ausência de prejuízo ao cumprimento do Acordo;

3.2.5. Manter a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

3.2.6. Manter a regularidade perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, regularizando, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que se tornarem exigíveis após a formalização da Transação; e

3.2.7. Em até 60 (sessenta) dias da assinatura do Acordo, peticionar em todos os processos judiciais que tenham por objeto a Dívida Transacionada, a fim de noticiar a celebração da Transação, desistir da ação, impugnação ou recurso e renunciar aos direitos sobre os quais se fundam, por meio de pedido de extinção do respectivo processo com resolução do mérito, nos termos da alínea 'c,' do inciso III, do *caput*, do artigo 487 do Código de Processo Civil - CPC, requerendo a transformação em pagamento definitivo de depósitos judiciais eventualmente existentes.

3.3. A(s) Requerente(s) declara(m) que:

3.3.1. Não utiliza(m) pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional;

3.3.2. Não alienou(aram) ou onerou(aram) bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos públicos;

3.3.3. As informações cadastrais, patrimoniais, contábeis e fiscais prestadas à Administração Pública são verdadeiras e não foram omitidas informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;

3.3.4. Inexistem outros créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou precatórios federais expedidos em favor da(s) Requerente(s), além daqueles eventualmente previstos na Transação;

3.3.5. Autoriza(m) a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a precatórios federais de que seja(m) ou venha(m) a ser credora(s), de modo a adimplir prestações vencidas ou vincendas da Transação;

3.3.6. Autoriza(m) a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a restituições, ressarcimentos ou reembolsos reconhecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, de modo a adimplir prestações vencidas ou vincendas da Transação;

3.3.7. Autoriza(m) a dedução dos valores devidos dos montantes a serem repassados referentes às respectivas cotas nos Fundos de Participação, caso uma ou mais Requerentes sejam Estados ou Municípios; e

3.3.8. Concorde(m) que quaisquer comunicações ou notificações relacionadas à Transação, inclusive aquelas relativas ao procedimento de rescisão do Acordo, serão realizadas por meio do Portal Regularize da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("Portal Regularize") e serão destinadas, exclusivamente, à Requerente que constar como titular das contas de transação consolidadas no Sistema de Parcelamentos e outras Negociações da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("Sispar");

3.3.8.1. Na hipótese de haver mais de uma pessoa física ou jurídica qualificada como Requerente ou Interveniente do Acordo, a notificação feita na forma do item anterior aproveitará a todas as Requerentes e Intervenientes, que desde já se declaram cientes e de acordo com esta forma de comunicação.

#### **4. Dos efeitos da Transação**

4.1. Enquanto vigente a Transação, a Dívida Transacionada ficará com a exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 151, inciso VI, do Código Tributário Nacional - CTN, cumulado com o artigo 3º, § 2º, da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020.

4.1.1. No caso dos débitos que, na data da celebração do Acordo, estejam sob administração da Secretaria da Receita Federal do Brasil e tenham sido listados no Anexo II, para composição da Dívida Transacionada, a suspensão da exigibilidade prevista no item anterior dependerá da inscrição em Dívida Ativa, consolidação e efetiva confirmação das contas de transação no Sispar, antes do que configuram impedimento à certificação da regularidade fiscal.

4.2. A Transação importa imediato reconhecimento da responsabilidade solidária da(s) Requerente(s) por toda a Dívida Transacionada, autorizando a Fazenda Nacional a incluí-la(s) nas respectivas Certidões de Dívida Ativa, caso não conste(m) como devedora(s) principal(is).

#### **5. Das Hipóteses e do procedimento de rescisão**

5.1. Implicará rescisão do Acordo a ocorrência de quaisquer situações previstas em lei e atos regulamentares relativos à transação, bem como as seguintes situações:

5.1.1. Falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas em, pelo menos, uma conta de transação decorrente deste Acordo;

5.1.2. Falta de pagamento de, ao menos, 1 (uma) parcela, estando pagas todas as demais, em, pelo menos, uma conta de transação decorrente deste Acordo;

5.1.3. Não peticionamento, pela(s) Requerente(s), nos processos judiciais relativos à Dívida Transacionada, para: (a) noticiar a celebração da Transação; e (b) confessar de forma irrevogável e irretratável a Dívida Transacionada;

5.1.4. Descumprimento ou cumprimento irregular de quaisquer outras cláusulas ou condições do Acordo, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias da notificação;

- 5.1.5. Concessão de medida cautelar fiscal em desfavor da(s) Requerente(s), nos termos da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992;
- 5.1.6. Declaração de falência ou extinção por liquidação da(s) Requerente(s);
- 5.1.7. Declaração de inaptidão no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), no termos dos artigos 80 e 81, da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
- 5.1.8. Descumprimento das obrigações formais e materiais para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS");
- 5.1.9. Não regularização, no prazo de 90 (noventa) dias, dos débitos que se tornarem exigíveis perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, após a celebração da Transação;
- 5.1.10. Constatação, pela Fazenda Nacional, de que foram inverídicas as declarações formalizadas na Transação ou prestadas no curso das negociações, inclusive em relação aos documentos contábeis e fiscais;
- 5.1.11. Constatação de que a(s) Requerente(s) se utiliza(m) de pessoa física ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens ou direitos, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional;
- 5.1.12. Constatação, pela Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial da(s) Requerente(s) como forma de fraudar o cumprimento da Transação, ainda que realizado anteriormente à sua celebração;
- 5.1.13. Constatação, pela Fazenda Nacional, de que a(s) Requerente(s) incorreu(ram) em fraude à execução, nos termos do artigo 185, do Código Tributário Nacional - CTN, e não reservou(aram) bens ou rendas suficientes ao total pagamento dos débitos inscritos em Dívida Ativa; e
- 5.1.14. Na hipótese de utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL ("PF/BCN") para liquidação ou amortização da Dívida Transacionada, a não confirmação dos créditos pela autoridade competente, sem o correspondente recolhimento da diferença apurada via Documento de Arrecadação de Receitas Federais ("DARF"), em até 30 (trinta) dias contados da notificação.

5.2. É vedada a desistência ou a rescisão unilateral da Transação pelas Partes.

- 5.2.1. Caso a(s) Requerente(s) proceda(m) à desistência da Transação, ainda que para migração para modalidade de transação por adesão eventualmente disponível, sem prévia anuência da Fazenda Nacional, restará configurada hipótese de descumprimento do Acordo, apta a atrair todos os efeitos jurídicos da rescisão.

5.3. A rescisão da Transação implicará:

5.3.1.Vedação, pelo prazo de 2 (dois) anos, contados da rescisão, da formalização de novo acordo de transação em qualquer modalidade, ainda que relativo a débitos distintos, nos termos do artigo 4º, § 4º, da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020;

5.3.2.Afastamento dos benefícios concedidos, com restabelecimento da Dívida Transacionada, sem descontos, deduzidos os valores pagos;

5.3.3.Exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e ainda não pagos, com a retomada do atos de cobrança judiciais ou extrajudiciais, incluindo o prosseguimento das execuções fiscais, a prática de atos de constrição patrimonial e de responsabilização de terceiros; e

5.3.4.Execução das garantias prestadas.

5.3.4.1.A execução das garantias poderá, a exclusivo critério da Fazenda Nacional, ser realizada através da plataforma eletrônica regulamentada pela Portaria PGFN nº 3.050, de 06 de abril de 2022, (“Plataforma Comprei”) ou outra que a substituir.

5.4. Quando constatada hipótese de rescisão da Transação, caberá à Fazenda Nacional notificar a(s) Requerente(s) e conceder prazo para regularização do vício ou demonstração de sua inexistência.

5.4.1.A notificação a que se refere o item anterior será realizada através de mensagem encaminhada pelo Portal Regularize e será destinada exclusivamente à Requerente que constar como titular das contas de transação consolidadas no Sistema de Parcelamentos e outras Negociações da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (“Sispar”).

5.4.1.1.Na hipótese de haver mais de uma pessoa física ou jurídica qualificada como Requerente ou Interveniente deste Acordo, a notificação feita na forma do item anterior aproveitará a todas as Requerentes e Intervenientes, que desde já se declaram cientes e de acordo com esta forma de comunicação.

5.4.2.Na hipótese de desistência ou resilição unilateral da Transação, considera-se realizada a notificação de que trata o *caput*, no ato de sua formalização através do Portal Regularize.

5.5. A(s) Requerente(s) poderá(ão), no prazo de 30 (trinta) dias da notificação, regularizar o vício sanável ou apresentar impugnação, preservada a Transação em todos seus efeitos durante este período.

5.5.1.A impugnação deverá ser apresentada pelo Portal Regularize e deverá trazer todos os elementos e documentos que infirmem a hipótese de rescisão.

5.5.2.Após a apresentação da impugnação, todas as comunicações subsequentes serão realizadas

pelo Portal Regularize, cabendo à(s) Requerente(s) acompanhar sua tramitação.

5.5.3.A impugnação será apreciada pela unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional onde o acordo foi proposto, observadas as regras internas de distribuição de atividades.

5.5.4.A(s) Requerente(s) será(ão) notificada(s) da decisão por meio do Portal Regularize, sendo-lhe(s) facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo.

5.5.4.1.O recurso administrativo deverá ser apresentado pelo Portal Regularize e expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação processual civil.

5.5.5.Caso não haja reconsideração pela autoridade responsável pela decisão recorrida, o recurso será encaminhado para julgamento pelo Procurador-Chefe da Dívida da respectiva Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional.

5.5.6.A propositura de qualquer ação judicial pela(s) Requerente(s), cujo objeto coincida, no todo ou em parte, com a irresignação manifestada na esfera administrativa, implicará renúncia à instância recursal e não conhecimento de eventual recurso interposto.

5.6. Enquanto a impugnação à rescisão não for definitivamente julgada, a Transação permanecerá em vigor e a(s) Requerente(s) deve(m) cumprir integralmente o Acordo.

5.7. Caso o recurso seja julgado procedente, a circunstância que motivou a rescisão da Transação será considerada sem efeito.

5.8. Caso o recurso seja julgado improcedente, a Transação será definitivamente rescindida.

## **CLÁUSULAS ESPECÍFICAS**

### **6. Das condições para adimplemento da Dívida Transacionada**

6.1. As condições para adimplemento da Dívida Transacionada são estabelecidas com base na verificação da situação econômica e da capacidade de pagamento da(s) Requerente(s), considerando as informações cadastrais, patrimoniais, contábeis e fiscais declaradas por ela(s) ou por terceiros à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a outros órgãos da Administração Pública.

6.2. **Concessão de descontos**



6.2.1. Concede-se o desconto máximo de 51,98% (cinquenta e um vírgula noventa e oito por cento), calculado por débito e aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos), vedada a redução do montante principal.

**6.3. Forma de adimplemento do saldo devedor remanescente**

6.3.1. O saldo devedor remanescente da Dívida Transacionada - Demais Débitos será adimplido mediante pagamento à vista com utilização de parte do precatório judicial nº 5005688-97.2022.4.04.9388, cujo valor está depositado na conta nº 1700128429623 (Banco do Brasil), vinculada ao Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública nº 5083844-13.2021.4.04.7100/RS, em trâmite na 14ª Vara Federal de Porto Alegre/RS.

6.3.2. O valor depositado encontra-se bloqueado em razão de decisão proferida na Execução Fiscal nº 5079411-92.2023.4.04.7100/RS, em trâmite na Juízo Substituto da 23ª Vara Federal de Porto Alegre/RS, manifestando a Fazenda Nacional sua expressa concordância com a liberação do bloqueio do alvará decorrente de precatório nº 5005688-97.2022.4.04.9388 para fins de liquidação da dívida, na forma descrita na cláusula 6.4.

6.3.3. O Interveniente manifesta sua expressa concordância com a utilização de parte do valor depositado oriundo do precatório judicial para liquidação integral da dívida transacionada.

6.4. No prazo de 30 (trinta) dias, a(s) Requerente(s) deverá(ão) juntar o termo de transação assinado no Cumprimento de Sentença nº 5083844-13.2021.4.04.7100/RS, em trâmite na 14ª Vara Federal de Porto Alegre/RS, demonstrando a necessidade de utilização de parte do depósito para liquidação do débito negociado.

6.5. Comprovada pela(s) Requerente(s) a juntada deste Termo, conforme definido no item 6.4, e autorizada a utilização dos depósitos pelo juízo competente, a Fazenda Nacional, independente de intimação, providenciará, em até 05 (cinco) dias, a criação da conta de transação no Sispar e a emissão do Documento de Arrecadação de Receitas Federais ("DARF") correspondente ao valor integral da dívida negociada com descontos, com vencimento no último dia do mês em que consolidada a conta no SISPAR.

6.6. É de inteira responsabilidade das Requerentes adotar, junto ao Poder Judiciário e ao Banco do Brasil, os procedimentos necessários ao adimplemento do Documento de Arrecadação de Receitas Federais ("DARF") dentro do prazo de vencimento descrito na cláusula 6.5.

6.7. Havendo a liquidação dos débitos transacionados, a Fazenda Nacional concorda com a liberação imediata ao Interveniente do saldo remanescente do depósito judicial.

6.8. Especificamente em relação a Ação Pauliana nº 5005488-96.2024.4.04.7100/RS, que tramita no Juízo Substituto da 23ª Vara Federal de Porto Alegre/RS, a(s) Requerente(s) deverá(ão), no prazo de 30 (trinta) dias, comprovar a juntada do termo de transação assinado, acompanhado do comprovante de pagamento integral da dívida transacionada, para fins de submeter ao juízo a homologação da extinção da ação por transação, com base no artigo 487, III, 'b', do CPC, ficando as partes dispensadas

do pagamento de honorários e das custas processuais remanescentes, se houver, nos termos do artigo 90, § 3º, do CPC.

## **DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **7. A formalização da Transação:**

- 7.1. Não dispensa a(s) Requerente(s) do recolhimento das obrigações tributárias correntes ou do cumprimento das obrigações acessórias;
- 7.2. Não impede a regular incidência de juros sobre os débitos inscritos em Dívida Ativa, aplicando-se o índice legal vigente para a atualização dos créditos tributários federais;
- 7.3. Não pode ser interpretada de forma a implicar renúncia às garantias e privilégios do crédito tributário; e
- 7.4. Submete-se à ampla publicidade e transparência ativa, resguardadas as informações protegidas por sigilo e as comunicações anteriores à assinatura do Acordo.

### **8. A Transação produzirá efeitos a partir da assinatura do Acordo pelas Partes e permanecerá vigente pelo prazo estabelecido no plano de pagamento ou por período menor, caso a Dívida Transacionada seja integralmente adimplida e todas as obrigações contratuais sejam plenamente cumpridas.**

- 8.1. O Acordo vincula e produz efeitos sobre a(s) Requerente(s), seus sucessores e adquirentes a qualquer título, ainda que a Fazenda Nacional não participe ou tome conhecimento dos eventos relacionados à sucessão ou às alterações societárias.

### **9. A Transação foi autorizada de acordo com as alçadas previstas nos artigos 61 a 63 da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022, conforme registro no Processo SEI nº 10145.001119/2024-94.**

### **10. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Porto Alegre/RS para a resolução de quaisquer questões relacionadas à Transação.**

### **11. Os valores nominais indicados no Acordo são estimativas aproximadas, que serão atualizados e considerados definitivos no momento da consolidação das contas de transação no Sispar.**

### **12. Situações e circunstâncias não previstas no Acordo serão resolvidas conforme as disposições da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022.**

## **ANEXOS**

I - Listagem das inscrições em Dívida Ativa incluídas na Transação;

II - Listagem dos débitos incluídos na Transação que, na data da celebração do Acordo, estejam sob administração da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

III - Listagem das inscrições em Dívida Ativa excluídas da Transação, com indicação das respectivas situações;

IV - Plano de pagamento;

V - Garantias.

#### DATA E ASSINATURAS

Porto Alegre, 25 de agosto de 2025.

---

CRISTIANO DRESSLER DAMBROS  
Procurador da Fazenda Nacional  
Relator

---

FILIPPE LOUREIRO DA SILVA  
Procurador da Fazenda Nacional  
Coordenador do NEGOCIA4

---

VANDRÉ AUGUSTO BÚRIGO  
Procurador-Chefe da Dívida Ativa da 4ª Região



---

TEIKON TECNOLOGIA INDUSTRIAL S/A  
CNPJ 01.371.925/0001-01



---

TEIKON MEMORY MODULES SCP  
CNPJ 22.905.216/0001-39



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Dressler Dambros, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 02/09/2025, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Loureiro Santos, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 04/09/2025, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vandre Augusto Burigo, Procurador(a)-Chefe(a)**, em 05/09/2025, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://seiconf.tefitef.com.br/sei/verificarAssinaturaEletronica.aspx](#), informando o código verificador [REDACTED] e o código CRC [REDACTED].



Usuário: [REDACTED] - CRISTIANO DRESSLER DAMBROS | Procuradoria: QUARTA REGIAO - 0000

[Início](#) [Negociações](#) [Emissão de Documento](#) [Ferramentas](#) [Sair](#)

ADESÃO DE ACORDO DE TRANSAÇÃO

- Contribuinte
- Modalidades
- Inscrição
- Consolidação
- Cálculo das Prestações

Negociações: 0086 - TRANSACAO POR ADESAO - EDITAL PGDAU N 11/2025  
Modalidade: 0043 - DEMAIS DEBITOS - DEMAIS PESSOAS JURIDICAS - REDUCAO ATE 65%- SEM ENTRADA

Capacidade de Pagamento

Valor da dívida global na data da adesão: **19.760.179,91**

Capacidade de pagamento em 60 meses: **9.507.533,35**

Permite aplicação de desconto: **Sim**

Percentual máximo de desconto possível\*: **51,89%**

\*O valor de desconto efetivo pode variar de acordo com as características dos débitos

CPF/CNPJ: 01.371.925/0001-01

débitos	Receita	Devedor Principal	Valor principal	Valor multa	Valor juros	Valor Encargos/Honorários	Valor total
00 2 23 016184-38	3560 - DIV.ATIVA-IRPJ FONTE	01.371.925/0001-01	37.990,74	7.598,14	44.149,03	17.947,58	107.685,49
00 2 23 016185-19	3560 - DIV.ATIVA-IRPJ FONTE	01.371.925/0001-01	12.497,31	2.499,45	8.726,43	4.744,63	28.467,82
00 2 23 016186-08	3551 - DIV.ATIVA-IRPJ	01.371.925/0001-01	1.002.974,92	200.594,97	1.107.592,79	462.232,53	2.773.395,21
00 3 23 000799-05	3578 - DIV.ATIVA-IPÍ	01.371.925/0001-01	220.865,99	44.173,19	247.193,21	102.446,47	614.678,86
00 3 23 000800-83	3578 - DIV.ATIVA-IPÍ	01.371.925/0001-01	342.824,65	68.564,93	402.339,00	162.745,71	976.474,29
00 3 23 000801-64	3578 - DIV.ATIVA-IPÍ	01.371.925/0001-01	180.061,57	36.012,31	207.376,91	84.690,15	508.140,94
00 3 23 000802-45	3578 - DIV.ATIVA-IPÍ	01.371.925/0001-01	322.350,39	64.470,07	380.083,34	153.380,76	920.284,56
00 3 23 000803-26	3578 - DIV.ATIVA-IPÍ	01.371.925/0001-01	184.932,23	36.986,44	221.456,34	88.675,00	532.050,01
00 3 23 000804-07	3578 - DIV.ATIVA-IPÍ	01.371.925/0001-01	310.504,02	62.100,80	362.699,74	147.060,91	882.365,47
00 3 23 000805-98	3578 - DIV.ATIVA-IPÍ	01.371.925/0001-01	256.390,83	51.278,15	296.059,61	120.745,71	724.474,30
00 3 23 000806-79	3578 - DIV.ATIVA-IPÍ	01.371.925/0001-01	224.980,14	44.996,02	267.861,35	107.567,50	645.405,01
00 3 23 000807-50	3578 - DIV.ATIVA-IPÍ	01.371.925/0001-01	204.903,73	40.980,74	242.851,90	97.747,27	586.483,64
00 3 23 000808-30	3578 - DIV.ATIVA-IPÍ	01.371.925/0001-01	287.809,69	57.561,93	346.609,20	138.396,16	830.376,98
00 3 23 000809-11	3578 - DIV.ATIVA-IPÍ	01.371.925/0001-01	168.249,97	33.649,99	203.700,23	81.120,03	486.720,22
00 3 23 000810-55	3578 - DIV.ATIVA-IPÍ	01.371.925/0001-01	253.963,71	50.792,74	293.886,80	119.728,65	718.371,90
00 4 23 176375-47	3527 - DIV.ATIVA-IMP DE IMPORTACAO	01.371.925/0001-01	140.228,82	105.171,66	435.043,11	136.088,71	816.532,30
00 6 23 033468-68	4493 - DIV.ATIVA-COFINS	01.371.925/0001-01	198.081,56	39.616,31	221.692,88	91.878,15	551.268,90
00 6 23 033469-49	4834 - R D ATIVA - MULTA ISOLADA	01.371.925/0001-01	57.576,54	0,00	96.953,08	30.905,92	185.435,54
00 6 23 033470-82	4493 - DIV.ATIVA-COFINS	01.371.925/0001-01	303.439,86	60.687,97	341.764,31	141.178,42	847.070,56

CPF/CNPJ: 01.371.925/0001-01

débitos	Receita	Devedor Principal	Valor principal	Valor multa	Valor juros	Valor Encargos/Honorários	Valor total
00 6 23 033471-63	4493 - DIV.ATIVA-COFINS	01.371.925/0001-01	113.253,24	22.650,64	131.611,59	53.503,09	321.018,56
00 6 23 033472-44	1804 - DIV.ATIVA-CONTRIBUICAO SOCIAL	01.371.925/0001-01	369.438,47	73.887,69	408.109,54	170.287,14	1.021.722,84
00 6 23 033473-25	4493 - DIV.ATIVA-COFINS	01.371.925/0001-01	494.775,17	98.955,03	538.760,68	226.498,17	1.358.989,05
00 6 23 033474-06	4493 - DIV.ATIVA-COFINS	01.371.925/0001-01	112.691,69	22.538,32	129.747,32	52.995,46	317.972,79
00 7 23 010783-16	0810 - DIV.ATIVA-PIS	01.371.925/0001-01	108.850,18	21.770,02	122.245,65	50.573,17	303.439,02
00 7 23 010784-05	0810 - DIV.ATIVA-PIS	01.371.925/0001-01	29.493,61	5.898,71	34.228,08	13.924,08	83.544,48
00 7 23 010785-88	0810 - DIV.ATIVA-PIS	01.371.925/0001-01	107.418,34	21.483,66	116.967,83	49.173,96	295.043,79
00 7 23 010786-69	0810 - DIV.ATIVA-PIS	01.371.925/0001-01	15.296,75	3.059,34	17.590,00	7.189,21	43.135,30
Totais:			6.061.844,12	1.277.979,22	7.227.299,95	2.913.424,54	17.480.547,83

Total: 27 débitos(s)

Retornar

Simular

## ANEXO II

Listagem dos débitos incluídos na Transação que,  
na data da celebração do Acordo, estejam sob  
administração da Secretaria da Receita Federal  
do Brasil

**Não há débitos nessa situação.**

## ANEXO III

Listagem das inscrições em Dívida Ativa excluídas  
da Transação, com indicação das respectivas  
situações

**Não há débitos nessa situação.**



ADESÃO DE ACORDO DE TRANSAÇÃO

[Contribuinte](#) [Modalidades](#) [Inscrição](#) [Consolidação](#) [Cálculo das Prestações](#)

Negociações: 0086 - TRANSACAO POR ADESAO - EDITAL PGDAU N 11/2025  
Modalidade: 0043 - DEMAIS DEBITOS - DEMAIS PESSOAS JURIDICAS - REDUCAO ATE 65%- SEM ENTRADA

Quantidade Máxima de Prestações: 6      Prestações selecionadas: 1      Exibe decimais: Não

**Atenção:** Caso a dívida esteja ajuizada, com leilão designado ou já realizado, o parcelamento da Lei nº 10.522/2002 deve ser requerido na unidade da PGFN que administra a cobrança, sendo ineficazes os atos realizados neste sistema de parcelamento on-line.

CPF/CNPJ: 01.371.925/0001-01

Demonstrativo	Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Consolidado
Total sem reduções (A)	6.061.844,12	1.277.979,22	7.227.299,95	2.913.424,54	17.480.547,83
Descontos previstos em lei (B)	0,00	1.010.968,01	5.738.482,72	2.321.205,52	9.070.656,26
Utilização de créditos (C)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total com reduções (A - C - B)	6.061.844,12	267.011,20	1.488.817,22	592.219,01	8.409.891,56

Demonstrativo de Consolidação

Número	Valor Consolidado	Reduções					Valor com reduções	Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total		
00 2 23 016184-38	107.685,49	0,00	6.091,83	35.396,63	14.389,53	55.878,00	51.807,48	51,89%
00 2 23 016185-19	28.467,82	0,00	2.311,87	8.071,52	4.388,55	14.771,95	13.695,86	51,89%
00 2 23 016186-08	2.773.395,21	0,00	163.056,86	900.324,71	375.733,19	1.439.114,77	1.334.280,43	51,89%
00 3 23 000799-05	614.678,86	0,00	35.776,74	200.206,68	82.973,42	318.956,86	295.721,99	51,89%
00 3 23 000800-83	976.474,29	0,00	54.827,35	321.726,93	130.138,21	506.692,50	469.781,78	51,89%
00 3 23 000801-64	508.140,94	0,00	28.942,75	166.666,89	68.064,68	263.674,33	244.466,60	51,89%
00 3 23 000802-45	920.284,56	0,00	51.488,53	303.550,72	122.496,39	477.535,65	442.748,90	51,89%
00 3 23 000803-26	532.050,01	0,00	29.417,23	176.135,69	70.527,82	276.080,75	255.969,25	51,89%
00 3 23 000804-07	882.365,47	0,00	49.720,85	290.394,64	117.743,95	457.859,44	424.506,02	51,89%
00 3 23 000805-98	724.474,30	0,00	41.182,78	237.772,98	96.973,94	375.929,71	348.544,58	51,89%
00 3 23 000806-79	645.405,01	0,00	35.842,78	213.372,11	85.685,76	334.900,65	310.504,35	51,89%
00 3 23 000807-50	586.483,64	0,00	32.683,89	193.684,81	77.957,64	304.326,36	282.157,27	51,89%
00 3 23 000808-30	830.376,98	0,00	45.713,10	275.261,48	109.908,02	430.882,61	399.494,36	51,89%
00 3 23 000809-11	486.720,22	0,00	26.685,73	161.542,09	64.331,29	252.559,12	234.161,09	51,89%
00 3 23 000810-55	718.371,90	0,00	40.769,44	235.892,00	96.101,73	372.763,17	345.608,72	51,89%
00 4 23 176375-47	816.532,30	0,00	65.889,18	272.550,95	85.258,46	423.698,61	392.833,68	51,89%
00 6 23 033468-68	551.268,90	0,00	32.086,03	179.553,46	74.413,93	286.053,43	265.215,46	51,89%
00 6 23 033469-49	185.435,54	0,00	0,00	72.963,71	23.258,78	96.222,50	89.213,03	51,89%
00 6 23 033470-82	847.070,56	0,00	49.068,39	276.328,69	114.147,81	439.544,91	407.525,64	51,89%
00 6 23 033471-63	321.018,56	0,00	18.160,22	105.520,02	42.896,27	166.576,53	154.442,02	51,89%
00 6 23 033472-44	1.021.722,84	0,00	60.055,37	331.708,45	138.408,14	530.171,98	491.550,85	51,89%
00 6 23 033473-25	1.358.989,05	0,00	80.745,11	439.616,80	184.817,49	705.179,41	653.809,63	51,89%
Totais:	17.480.547,83	0,00	1.010.968,01	5.738.482,72	2.321.205,52	9.070.656,26	8.409.891,56	51,89%

Demonstrativo de Consolidação								
Número	Valor Consolidado	Reduções					Valor com reduções	Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total		
00 6 23 033474-06	317.972,79	0,00	18.115,32	104.285,29	42.595,46	164.996,08	152.976,70	51,89%
00 7 23 010783-16	303.439,02	0,00	17.615,54	98.916,91	40.922,04	157.454,50	145.984,51	51,89%
00 7 23 010784-05	83.544,48	0,00	4.731,03	27.452,46	11.167,73	43.351,23	40.193,24	51,89%
00 7 23 010785-88	295.043,79	0,00	17.530,19	95.443,16	40.124,86	153.098,22	141.945,56	51,89%
00 7 23 010786-69	43.135,30	0,00	2.459,78	14.142,81	5.780,30	22.382,90	20.752,39	51,89%
Totais:	17.480.547,83	0,00	1.010.968,01	5.738.482,72	2.321.205,52	9.070.656,26	8.409.891,56	51,89%

**Atenção:** Eventuais diferenças inferiores a R\$ 10,00 (dez reais), decorrentes de regra de arredondamento no cálculo do sistema, serão baixadas de ofício pela PGFN.

Valor Prestação Básica	
1x	8.409.891,56

**Atenção:** O valor das prestações será atualizado na data do pagamento, conforme a legislação vigente.

Retornar

Confirmar

## ANEXO V

### Garantias

1. **Não há garantias.**